

DEBATENDO PRECONCEITO E EXCLUSÃO: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA DA PSICOLOGIA NA ESCOLA

*Gustavo de Aguiar Campos**
Lanussy Karoliny Oliveira Lira
Karla Graciano Ribeiro
Luelf Nogueira Duarte e Silva

RESUMO

Este artigo analisa uma experiência de inserção da Psicologia na educação básica a partir da prática docente de bolsistas do projeto de Psicologia do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). O objetivo geral foi discutir, teoricamente, uma experiência de extensão em Psicologia, realizada através do PIBID, na qual foram realizadas, com alunos do ensino médio, oficinas sobre temáticas sociais ligadas ao preconceito e exclusão. Já, os objetivos específicos foram: (1) analisar a experiência de inserção da Psicologia na escola e os resultados da intervenção realizada; (2) contextualizar as temáticas abordadas nas oficinas e sua pertinência na educação escolar; (3) refletir sobre a oficina como metodologia formativa. A experiência extensionista concretizou-se pela construção da oficina "Atualidades em cena: sociedade e suas lutas" cujo objetivo principal foi promover discussões sobre algumas relações sociais ligadas a práticas excludentes e discriminatórias, a saber, violência de gênero, sexualidade, luta antimanicomial, questão indígena e relações raciais. Para tanto, foram adotadas as oficinas educativas e o uso de recursos midiáticos a fim de promover aprendizagem pela participação ativa. Dentre os resultados observados, ressaltam-se o enriquecimento da formação docente por parte dos bolsistas e o contato com discussões críticas acerca da sociedade atual por parte dos (as) participantes da oficina. A análise da experiência contribuiu para compreensão tanto da importância da inserção de estudantes licenciandos em Psicologia no espaço escolar por meio de projetos de extensão, quanto da relevância do PIBID e da extensão universitária no contexto escolar, promovendo uma formação humana mais ampla, reflexiva e crítica. Além disso, notou-se a importância de trabalhar essas temáticas no contexto atual brasileiro, em que vários direitos das populações mais vulnerabilizadas são retirados.

Palavras-chave: PIBID. Psicologia. Educação. Oficinas. Preconceito. Extensão universitária.

* Mestrando em Psicologia (UFRN). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Contato: gustavodeaguiarcampos@hotmail.com.

DEBATING PREJUDICE AND EXCLUSION: AN ACCOUNT OF AN EXTENSIONIST EXPERIENCE OF PSYCHOLOGY IN SCHOOL

ABSTRACT

This article analyzes an experience of insertion of Psychology in basic education based on the teaching practice of scholarship holders from the Psychology project of the Institutional Program for Teaching Initiation Scholarships (PIBID). The general objective was to discuss, theoretically, an extension experience in Psychology, carried out through PIBID, in which workshops were held, with high school students, on social issues related to prejudice and exclusion. The specific objectives were: (1) to analyze the experience of inserting Psychology at school and the results of the intervention performed; (2) contextualize the themes addressed in the workshops and their relevance in school education; (3) reflect on the workshop as a formative methodology. The extensionist experience was made concrete by the construction of the workshop "Actualities on the scene: society and its struggles" whose main objective was to promote discussions about some social relations linked to exclusionary and discriminatory practices, namely, gender violence, sexuality, anti-asylum fight, issue indigenous and race relations. For this purpose, educational workshops and the use of media resources were adopted to promote learning through active participation. Among the observed results, it highlights the enrichment of the teaching formation by the scholarship holders and the contact with critical discussions about the current society by the workshop participants. The analysis of the experience contributed to the understanding of the importance of inserting undergraduate students in psychology in the school space through extension projects, as well as the relevance of PIBID and university extension in the school context, promoting a broader, reflexive and critical human formation. In addition, it was noted the importance of working with these themes in the current Brazilian context, where several rights of the most vulnerable populations are withdrawn.

Keywords: PIBID. Psychology. Education. Workshops. Prejudice. University Extension

DISCUTIR EL PREJUICIO Y LA EXCLUSIÓN: INFORME DE UNA EXPERIENCIA EXTENSIONISTA DE PSICOLOGÍA EN LA ESCUELA

RESUMEN

Este artículo analiza una experiencia de inserción de Psicología en educación básica basada en la práctica docente de becarios del proyecto de Psicología del Programa Institucional para Becas de Iniciación Docente (PIBID). El objetivo general era discutir, teóricamente, una experiencia de extensión en psicología, realizada a través de PIBID, en la cual se realizaron talleres con estudiantes de secundaria sobre temas sociales relacionados con prejuicios y exclusión. Los objetivos específicos fueron: (1) analizar la experiencia de insertar Psicología en la escuela y los resultados de la intervención realizada; (2) contextualizar los temas abordados en los talleres y su relevancia en la educación escolar; (3) reflexionar sobre el taller como una metodología formativa. La experiencia de extensión se concretó con la construcción del taller "Actualidades em cena: la sociedad y sus luchas", cuyo objetivo principal era promover debates sobre algunas relaciones sociales vinculadas a prácticas excluyentes y discriminatorias, a saber,

violencia de género, sexualidad, lucha contra el asilo, cuestión indígena y relaciones raciales. Con este fin, se adoptaron talleres educativos y el uso de los recursos de los medios para promover el aprendizaje a través de la participación activa. Entre los resultados observados, destacamos el enriquecimiento de la formación docente por parte de los becarios y el contacto con debates críticos sobre la sociedad actual por parte de los participantes del taller. El análisis de la experiencia contribuyó a la comprensión de la importancia de insertar estudiantes de posgrado en psicología en el espacio escolar a través de proyectos de extensión, así como la relevancia de PIBID y la extensión universitaria en el contexto escolar, promoviendo una formación humana más amplia, más reflexiva y crítica. Además, se concluyó la importancia de trabajar en estos temas en el contexto brasileño actual, donde se eliminan varios derechos de las poblaciones más vulnerables.

Palabras clave: PIBID. Psicología. Educación. Talleres. Prejuicio. Extensión Universitaria.

INTRODUÇÃO

Este trabalho traz uma reflexão sobre a prática extensionista de bolsistas estudantes de licenciatura em Psicologia a partir da experiência vivida em um Instituto Federal de Educação da região metropolitana de Goiânia. Essa atividade foi realizada a partir do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), no primeiro semestre de 2017.

O PIBID é uma iniciativa do Governo Federal e do Ministério da Educação (MEC) cujo principal objetivo é incentivar, por meio de bolsas acadêmicas, a inserção de estudantes de licenciatura em contextos de educação básica. O subprojeto do PIBID Psicologia da Regional Goiânia acontecia em parceria com instituições de ensino públicas da cidade nas quais os bolsistas realizavam diferentes atividades em cada campo, de acordo com as especificidades de cada escola e turma. Pelo programa, a partir do incentivo com bolsas financeiras da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), os estudantes tinham a possibilidade de iniciar uma experiência na docência desde os primeiros anos de curso, possibilitando maior articulação entre a teoria e a prática na educação, bem como a aproximação com a realidade e as vicissitudes da educação básica na rede pública.

A partir desse programa vislumbrou-se uma possibilidade de os estudantes de licenciatura em Psicologia terem a oportunidade de conhecer a realidade da educação básica em escolas da rede pública, além de vivenciar experiências de docência.

Diante da inexistência de disciplinas de Psicologia na grade do ensino médio no campo de atuação, decidiu-se pela oferta de oficinas temáticas abertas aos estudantes interessados. Sem que houvesse obrigatoriedade de participação, a oficina foi oferecida semanalmente como atividade complementar para os estudantes do ensino médio da instituição.

A oficina proposta pelos bolsistas, intitulada “Atualidades em cena: sociedade e suas lutas” foi realizada no 1º semestre de 2017 e teve como objetivo principal promover um espaço de discussão coletiva de problemáticas socialmente relevantes na contemporaneidade. As temáticas selecionadas foram: raça e racismo, gênero e machismo, diversidade sexual e de gênero, questão indígena e luta antimanicomial. A

justificativa para trabalhar tais temáticas decorre da compreensão da escola como prática social e histórica com foco na socialização e na formação humana, a qual, portanto, assume um papel relevante na construção de indivíduos críticos, éticos, emancipados e socialmente comprometidos e responsáveis, bem como capazes de rejeitar e combater as teorias e as práticas que reproduzem e naturalizam as desigualdades sociais, raciais, étnicas e de gênero em espaços intraescolares e extraescolares.

OBJETIVOS

O objetivo geral deste relato foi discutir, teoricamente, a experiência de realização de oficinas acerca de temáticas sociais ligadas à exclusão e preconceito na escola realizada através do PIBID Psicologia, enquanto os objetivos específicos foram: (1) analisar a experiência de inserção da Psicologia na escola; (2) contextualizar as temáticas abordadas nas oficinas e sua pertinência na educação escolar e; (3) refletir sobre a oficina como metodologia formativa.

Já, os objetivos da atividade de extensão relatada e analisada, neste artigo, foram: (1) promover um espaço de discussão coletiva sobre problemáticas socialmente relevantes na contemporaneidade; (2) levar a cabo um processo de ensino e aprendizagem calcado na reflexão crítica e na participação de todos(as); (3) investigar as possibilidades da interface entre Psicologia e ensino básico no fortalecimento de perspectivas educacionais de respeito e valorização à diversidade humana; (4) explorar a utilização da oficina e de recursos midiáticos como opções metodológicas propiciadoras da participação ativa.

MATERIAIS E MÉTODOS

A opção pela oficina está ligada à preocupação em possibilitar uma participação ativa dos envolvidos e uma relação não-hierarquizada entre bolsistas e estudantes, uma vez que o subprojeto buscava construir um espaço em que o debate, a discussão, a colaboração e a construção mútua do conhecimento fossem valorizados.

Adotou-se como estratégia metodológica o uso de recursos audiovisuais, visto que, com base em [Napolitano \(2009\)](#), além de fomentar experiências estéticas, tais recursos podem ser instrumentos importantes para o processo de ensino e aprendizagem, quando utilizados com intencionalidade pedagógica. Desse modo, eram exibidos para os participantes da oficina curtas-metragens, músicas ou fragmentos de documentários previamente selecionados e associados à temática trabalhada a fim de suscitar reflexões e debates sobre o tema, e/ou como ponto de partida para as discussões.

As oficinas partiam dos conteúdos abordados nos documentários, nas músicas, nos filmes, mas não se limitavam a eles. As discussões eram expandidas apontando, inclusive, a interligação da temática com outros problemas sociais, as suas manifestações e suas consequências no cotidiano.

Além de incitar a participação ativa dos estudantes, os bolsistas preocupavam-se com a intencionalidade pedagógica da oficina. Nesse sentido, colaboraram com a discussão ao trazerem conceitos relevantes, principalmente do campo da Psicologia, para a compreensão dos temas abordados. Discutiu-se, por exemplo, a amplitude do conceito de sexualidade, conceito que se afastou de diferenciações entre normal e patológico, assim como o conceito de raça e suas implicações sociais. As intervenções dos bolsistas

estavam calcadas na análise prévia do recurso exibido e no contato com a literatura sobre o tema trabalhado.

A oficina contou com sete encontros, com duração de uma hora cada. No primeiro encontro foi realizada a apresentação dos bolsistas do PIBID, dos objetivos e da metodologia e temáticas pensadas para a oficina. Nesse primeiro contato realizou-se a leitura, com os estudantes, do plano de trabalho sendo-lhes perguntado sobre a proposta e/ou sugestões de outros temas ou de recursos audiovisuais. Além disso, foi exibido o videoclipe da música “Mandume” do artista Emicida, produzido em 2016, o qual retrata diversas formas de exclusão social e a articulação entre elas, problematizando temas propostos pela oficina como discriminação de gênero e racismo.

Os estudantes concordaram com a proposta de oficina e nos cinco encontros seguintes foram trabalhadas, a cada semana, uma temática diferente. As temáticas, os recursos utilizados nas discussões e os debates gerados estão pormenorizados na sequência.

Como método avaliativo foi solicitado que os participantes da oficina trouxessem, para o último encontro a ser realizado, uma produção artística, autoral ou não, que fomentasse ou representasse uma discussão relevante para eles. A oficina estava, todavia, sendo constantemente avaliada de forma dialógica e processual, em que eram solicitadas opiniões, questionamentos e contribuições para a melhoria do trabalho. Houve, além disso, a avaliação da prática docente pelos próprios bolsistas, após cada encontro.

Para a realização da oficina foram utilizados, como materiais, computadores e caixa de som, *data-show*, músicas e vídeos retirados da *internet*, folhas com letras de músicas.

Para a construção desse relato de experiência foi realizada uma revisão bibliográfica dos temas discutidos na oficina e apresentada uma experiência vivida com base no plano de ensino, nos planos de oficina e no diário de campo utilizado pelos bolsistas. Com isso foi possível discutir e avaliar a experiência, expondo-se os avanços e as dificuldades encontradas na realização das oficinas. A conjugação desses métodos possibilitou não só fazer uma avaliação crítica da inserção extensionista da licenciatura em Psicologia no espaço da escola, mas também discutir temáticas relacionadas aos direitos humanos e à formação escolar básica.

RESULTADO E DISCUSSÕES

As discussões e reflexões incitadas pelos bolsistas, bem como a escolha dos recursos midiáticos, foram fundamentadas em estudos teóricos, na busca de maior aproximação com as especificidades de cada temática trabalhada. Coerente com esse percurso de trabalho, destacaram-se aqui uma síntese e uma breve contextualização de cada tema abordado, explorando-se facetas e consequências sociais de cada problemática. Com isso, buscou-se, também, explicitar a relevância da abordagem e problematização da educação básica. Mais do que relatar a experiência realizada, deve-se ressaltar a importância e a urgência do compromisso da educação com a luta contra a exclusão preconceito na sociedade. Ademais, são apresentados os principais resultados da oficina, ou seja, as principais discussões que emergiram da participação dos estudantes e avaliação desse processo educativo feita por eles.

Gênero e violência contra a mulher

As diferenças entre homens e mulheres são construídas socialmente, isto é, vão além das diferenças biológicas. Nesse sentido, o que caracteriza as relações de gênero é sua classificação em femininos ou masculinos e a imposição de comportamentos e papéis sociais como específicos de cada gênero. Essa classificação, de cunho binário, é um relevante aspecto da sociabilidade, sendo tais normas continuamente ensinadas e aprendidas, desde o nascimento. (CARRARA, 2009).

Estão associados à masculinidade, por exemplo, a virilidade, a insensibilidade emocional e o pertencimento ao espaço público. As características impostas às mulheres são a hipersensibilidade, a fragilidade, a necessidade de proteção e a estreita ligação à vida privada. Segundo Carrara (2009), esses modelos dominantes de masculinidade e feminilidade reforçam as relações desiguais entre homens e mulheres, perpetuando, ao longo da história, posições de dependência e subordinação do feminino ao masculino.

Afirma Carrara (2009): “a violência de gênero é aquela oriunda do preconceito e da desigualdade entre homens e mulheres. Apoia-se no estigma de virilidade masculina e de submissão feminina” (p. 74). De acordo com Saffioti (2011) violência de gênero é aquela a qual a mulher é mais vulnerável e que advém da necessidade de afirmação do poder do homem sobre a mulher.

O movimento feminista preocupou-se amplamente com a crítica e a luta contra a violência de gênero (CARRARA, 2009; SAFFIOTI, 2011). As reivindicações e lutas a favor da igualdade entre gêneros fomentaram mudanças sociais e avanços consideráveis a favor dos direitos das mulheres. Todavia, a análise da realidade contemporânea demonstra a proeminência de diferentes formas de violência contra as mulheres em diversas esferas da vida.

Os dados do Ministério da Saúde, publicados no relatório Viva, em 2013, revelam que as mulheres são as maiores vítimas de violência doméstica e sexual, somando 72% dos registros na rede de saúde. Dados de 2013 também revelaram que, para 70% da população, a mulher sofre mais violência dentro de casa do que em espaços públicos no Brasil (IPEA, 2017).

A fim de discutir essa conjuntura social, na oficina foi exibido o curta “Atadas”, produzido em 2016, com direção de Tarsila Nakamura, que retrata a violência doméstica através dos discursos de vítimas. Nesses discursos sobressaem a reincidência dos episódios de violência e sua permanência em ambientes violentos devido a questões familiares e/ou financeiras. Diante disso, os estudantes apontaram a necessidade de considerar o fator classe nas discussões sobre violência de gênero já que, embora a condição feminina propicie maior vulnerabilidade aos tipos de violência de gênero, relação que se manifesta de forma diferenciada, dependendo da autonomia financeira da mulher.

Além disso, a imposição do modelo dominante de feminilidade foi discutida, tendo-se como ponto de partida a música “Triste, louca ou má” do grupo Francisco, El Hombre, produzida em 2016. Os estudantes levantaram a questão da intensidade de pressões sociais que buscam enquadrar as mulheres a ambientes domésticos e a sua ligação a um homem. Esse fato foi relacionado a questões como os próprios sobrenomes das mulheres são, no decorrer da história, apagados quando se casam e de como são exigidos das mulheres, desde crianças, comportamentos voltados ao âmbito doméstico, do cuidado e da dependência econômica e afetiva.

Como supracitado, a violência de gênero implica a enorme vulnerabilidade da mulher nos seus variados tipos. Defende-se, assim, que a educação, enquanto relação

importante para a socialização e formação humana, promova uma compreensão crítica e questionadora do modelo de assimetria entre os gêneros, fomentando, nesse sentido, uma educação alinhada ao projeto de igualdade entre homens e mulheres. Cabe à escola a construção de um espaço não reprodutor de relações normativas e coercitivas que impõem condutas femininas ou masculinas aos estudantes e justifiquem relações hierárquicas e discriminatórias.

Sexualidade

Apesar da garantia, no Brasil, de alguns direitos concedidos à população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis (LGBT) como a instituição do Dia Nacional de Combate à Homofobia, a possibilidade de casamento e/ou adoção por famílias de gays ou lésbicas, a utilização do nome social por travestis e transexuais no âmbito da administração pública, entre outros, os dados de violência e discriminação contra pessoas LGBT ainda são alarmantes.

Diante disso, a escola, como espaço contraditório de reprodução e mudança, pode constituir-se em local de possibilidades para uma educação para a diversidade, na qual deve prevalecer o respeito e o reconhecimento dos direitos de as pessoas vivenciarem sua sexualidade da forma que lhes convier. Desse modo, cabe à instituição escolar contribuir para a superação da LGBTfobia entre estudantes e educadores, possibilitando um espaço mais acolhedor e saudável.

No ambiente escolar, é comum a preocupação de construir sexualidades “normais”, cujo objetivo é manter a norma e os padrões de gênero ([LOURO, 2000](#)) e, em virtude dessa normalização, excluir e/ou patologizar as identidades sexuais e de gênero tidas como desviantes. Neste sentido, o primeiro passo rumo à superação da discriminação é o entendimento de que não há apenas pessoas heterossexuais e cisgêneras e de que não somente essas identidades são “naturais”.

Alguns conceitos discutidos na oficina foram os relacionados à orientação sexual, à identidade de gênero ([JESUS, 2012](#)), bem como à violência que o grupo de pessoas LGBT sofre. Durante a discussão, tanto questões pessoais dos estudantes, como questões macrossociais foram levantadas pelos (as) participantes.

É mister que a discussão sobre sexualidade não enfatize apenas o “outro” que foge à norma, mas entender e debater a partir do princípio de que a sexualidade é própria de todas as pessoas, em maior ou menor grau.

É preciso atenção para desconstruir todo um conjunto de mecanismos que atuam na produção de uma polarização entre homens e mulheres, heterossexuais e homossexuais etc – invariavelmente baseados em pressupostos essencialistas, concepções binárias e crenças cristalizantes, naturalizadoras das diferenças, e desigualdades sociais produzidas ([RIBEIRO, 2012, p. 10](#)).

Com isso, abre-se a discussão da vivência pessoal de cada uma das pessoas como norteadora de análise de conceitos com a finalidade de aprofundar algumas questões sobre as relações estabelecidas entre os próprios estudantes. Um exemplo disso é o relato de uma das participantes da oficina, que comentou sobre o descaso que ela sofre por sua orientação sexual.

No decorrer do encontro sobre a temática da sexualidade foi exibido o vídeo “Amar - Contra a cultura do estupro e contra a lesbofobia” de Barbara Riethe, e ouvida a música “Benedita” de Elza Soares. Ambas as apresentações trazem narrativas sobre a vivência de pessoas LGBT que podem ser utilizadas para a discussão em sala de aula. Com esses

recursos foi possível despertar para a discussão os participantes que nunca se viram em situações parecidas, numa tentativa de sensibilização para a diversidade, e especialmente para os processos de violência e exclusão que o grupo de LGBT sofre nos espaços sociais, inclusive na escola.

De maneira geral, pode-se afirmar que a discussão sobre orientação sexual e identidade de gênero é uma possibilidade para que as pessoas possam refletir sobre cidadania e assim questionar as barreiras, que se põem aos oprimidos e os impedem de terem acesso pleno aos seus direitos. Bem como, a partir dos direitos humanos, respeitar as diferenças e não promover a exclusão social e política ([CARRARA, 2009](#)).

Luta Antimanicomial

O movimento da luta antimanicomial, de certa forma tão caro à Psicologia nas últimas décadas, foi outro tema explorado na oficina. Em um primeiro momento, é possível que a discussão deste tema no contexto aqui referido possa parecer desconectada da realidade escolar e dos outros temas tratados. Procurou-se, então, levantar algumas das problemáticas relacionadas à luta antimanicomial e à saúde mental em uma tentativa de tornar significativa essa temática para estudantes de ensino médio.

Os saberes médicos historicamente condicionaram a questão da loucura a uma doença mental, alienação ou problema psiquiátrico. Para esse problema só havia duas soluções: uma tentativa de “tratamento” medicamentoso e cirúrgico e a separação desses loucos da sociedade dita normal. Nesse processo de internação há um mecanismo de exclusão social ([LÜCHMANN, RODRIGUES, 2007](#)).

É –em vista dos processos de exclusão das pessoas adoecidas ou desviantes das normas sociais que se criou o movimento antimanicomial, na tentativa de romper com a lógica dos manicômios e com os modelos conceituais e de tratamento da loucura ([ABOU-YD, SILVA, 2003](#)). O movimento emerge no Brasil com a “redemocratização” do país, encabeçado, em grande parte, pelos trabalhadores de saúde mental que buscam por trabalhos psiquiátricos alternativos ([LÜCHMANN, RODRIGUES, 2007](#)).

Tem-se instituído desde então uma nova forma de pensar a saúde mental e, com isso, de reconsiderar a dicotomia entre normalidade e anormalidade. Acredita-se que essa nova maneira de pensar possa facilitar o trato desse tema na sala de aula e levar-nos a enfrentar a problemática da normalidade. Essa dicotomia faz da escola um espaço de segregação e categorização dos que não aprendem ou não se portam da forma que se espera.

No debate sobre este tema foi apresentado o documentário brasileiro “Em nome da razão” do cineasta Helvécio Ratton, lançado em 1979. O documentário realiza uma espécie de denúncia dos assim chamados “porões da loucura”, apresentando relatos de pessoas que foram pacientes nos hospitais psiquiátricos do Brasil. O documentário, para [Goulart \(2010\)](#), ultrapassa a responsabilização dos trabalhadores. É, ao fundo, uma crítica à falta de compromisso da sociedade em relação à loucura.

A partir do filme foi possível estabelecer um diálogo sobre as práticas de exclusão na sociedade. A realidade dos manicômios, como se mostrou no filme e que é ainda pouco conhecida, pôs a descoberto a falta de ética, e de humanidade no tratamento com a saúde mental e, mais que tudo, a falta de políticas de inclusão.

O normal ou anormal é criação de determinadas faixas da sociedade, que, baseadas nesse padrão, descartam o que consideram anormal. Essa lógica parece ter imperado, também, na educação, desde que se passou à política de inclusão de pessoas

com deficiência, até outras de ordem menos explícita, como o caso da necessidade de uma adequação dos (as) estudantes às instituições de ensino.

No debate sobre normalidade foi possível pensar em como se tem vivido uma época de constante *patologização* de todo comportamento ou modo de vida desviante do padrão. Alguns participantes da oficina relataram casos em que um ajustamento ao modo de vida considerado normal parecia ser obrigatório, tornando-se isso, muitas vezes, causa de adoecimentos e penoso o prosseguimento dos estudos. Essa realidade é objeto da discussão sobre a produção social desses adoecimentos, a partir da perspectiva de que fatores sociais, econômicos, entre outros, determinam a saúde humana ([ALBUQUERQUE, SILVA, 2014](#)).

Por fim, o que nos leva a discriminar o que é normal e o que é anormal, bem como a conhecer as razões da exclusão social e as determinantes do adoecimento é tema por demais importante para ser tratado em um contexto educativo.

Questão indígena

Neste tópico sugere-se discutir sobre a inclusão da temática indígena nas escolas de ensino médio. Além da necessidade de instituir políticas que garantam a educação dos povos indígenas, é importante também insistir na necessidade de que, em todos os espaços da de educação, se cultive o respeito à diversidade étnica.

Com a Constituição Federal de 1988, asseguram-se aos povos indígenas o respeito às suas tradições e à identidade de cada povo indígena e o direito de manterem sua cultura contra as várias tentativas de aculturação instaladas no Brasil desde a época colonial até o momento da ditadura civil-militar. A Constituição “garantiu-lhes”, então, a manutenção de suas línguas e dos processos de aprendizagem. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e o Plano Nacional de Educação também têm apontado a necessária garantia de direitos educacionais pautados no uso das línguas indígenas, na valorização dos conhecimentos e saberes milenares e na formação de indígenas para atuarem como educadores em suas comunidades ([GRUPIONI, 2002](#)).

Todavia, os espaços escolares têm promovido o extermínio cultural das tradições e costumes dos povos nativos. O desrespeito à cultura e até mesmo ao direito à vida tem sido noticiado constantemente nos meios de comunicação, tornando imprescindível uma educação que promova o respeito e valorize os povos nativos tradicionais.

Por isso, o debate acerca da questão indígena teve como tema gerador o documentário “Indígenas Digitais”, realizado pela organização não- governamental Thydewá. O filme trata da forma como povos indígenas têm utilizado as tecnologias comunicativas para a aprendizagem e para denunciar as violações de seus direitos. Mostra-se como a *internet* tem sido uma ferramenta importante na busca de melhorias para as comunidades nativas brasileiras através da manutenção das tradições e do protagonismo da própria história.

O documentário forneceu dados e motivou o debate sobre os processos de aculturação e estigmatização dos povos indígenas brasileiros, possibilitando uma compreensão crítica da realidade vivida por eles. A necessidade garantir a existência das comunidades e de respeitar sua cultura foi o foco do debate.

A imagem estereotipada dos povos indígenas, que [Freire \(2002\)](#) destaca estar presente no ambiente escolar, pôde ser desconstruída. Tal imagem de indígenas como exóticos e animais deve ser extirpada. A ideia de que há, entre os indígenas, uma

cultura atrasada e congelada ([FREIRE, 2002](#)) pôde ser vista como uma forma de exclusão, como foi apresentado pelo documentário, que traz um retrato diferente.

O processo de humanização dos (as) indígenas aparece como uma necessidade urgente na cultura escolar, que origina uma distorção preconceituosa desses povos. É indispensável fazer uma leitura crítica dos conhecimentos escolares e com base nessa leitura aprender ou mostrar que o respeito ao outro é um ato humano que dignifica quem respeita e conquista o que é respeitado, e que isso vale também com relação aos povos indígenas.

Raça e racismo

Raça é um conceito utilizado em diversos contextos; contudo, nas ciências naturais sua aplicação foi banida após a tragédia da Segunda Guerra Mundial, visto terem sido tais ciências suporte para a ideia de raças humanas, de subdivisões de espécies, e para a valorização de uma em detrimento de outras, autorizando diversos genocídios e etnocídios. No contexto social, entretanto, esse conceito ainda é utilizado como referência às representações sociais e existindo em um universo simbólico ([SEGATO, 2005](#)).

No Brasil, a ideia de raça nos leva a pensar na raça negra, como se a categoria “negro” não precisasse do seu oposto, “branco”, para existir. Ser negro é “exibir os traços que lembram (...) a derrota histórica dos povos africanos perante os exércitos coloniais e sua posterior escravização” ([SEGATO, 2005, p. 4](#)), definindo, dessa forma, a população negra através de traço fenotípico. De outro modo, ser branco é obter privilégios, é ser produtor das estruturas raciais e favorecer-se disso, é ter padrões de normatividade e elementos qualitativos positivos e não ser questionado nos espaços que frequenta ([SCHUCMAN, 2014](#)).

Essa classificação de brancos e negros, responsável por que se confira ao branco *status* privilegiado é responsável também por que se desconstrua a identidade negra, pois sendo possível incluir ou excluir determinados privilégios, o branco tende a negar ao negro características que possibilitam aproximação entre ambos. Desse modo, a identificação do negro é dificultada, e impossibilita a construção de uma categoria política com direitos e merecedora de reconhecimento ([SCHUCMAN, 2012](#)). Portanto, raça é compreendida, no Brasil, como uma categoria social, que qualifica e determina sujeitos.

Assim, o racismo é uma prática discriminatória, baseada em traços fenotípicos e fatora das desigualdades materiais e simbólicas. [Hasenbalg e Silva \(1988\)](#) afirmam, ainda, que o racismo fomenta formas distorcidas de pensar, relacionar, interagir e perceber, constituindo-se uma função social específica: estratificação racial e perpetuação de privilégios.

Dados atuais corroboram a análise dos autores. Segundo o [IBGE \(2016\)](#) 53% da população brasileira é negra e são a maioria absoluta no sistema prisional ([DEPEN, 2017](#)) e a maioria das vítimas de homicídio ([IPEA, 2017](#)). Além disso, apenas 8,8% dos jovens negros de até 25 anos têm ensino superior e a taxa de analfabetismo da população negra é duas vezes maior que a da população branca ([IBGE, 2016](#)).

Reconhecer que há privilégios baseados em características fenotípicas é reconhecer que quem não os tem é marginalizado e negligenciado. Acredita-se que este é o primeiro passo para mudanças significativas na sociedade brasileira e para a superação das práticas discriminatórias.

Debatidos tais questões, foram exibidos o curta “*Entre Cores e Botas*” de Juliana Vicente, os versos de Felipe Marinho, Slam Resistência, intitulado “*Sociedade dos Poetas Livres*” e a canção “*A carne*” de Elza Soares.

O curta “*Entre Cores e Botas*” retrata a história, ambientada nos anos 1980, de Joana. Joana é uma menina negra, pertencente a uma família bem-sucedida e estruturada, que sonha em ser paqueta da Xuxa. Entretanto, em razão dos aspectos fenóticos, Joana não ganha o concurso realizado por sua escola. “*Sociedade dos Poetas Livres*” consiste em versos feitos na batalha de versos, que ocorre em São Paulo, conhecida como Slam Resistência. Os versos de Felipe Marinho falam da realidade de ser negro, passando por discussões como protagonismo, racismo reverso e vitimização. A canção “*A carne*” refere-se à validade da “carne negra” – como metáfora – em uma sociedade como a brasileira.

A partir das exposições e discussões sobre a identidade negra, surgiram questões tais como: o que é ser negro ou branco no Brasil? Qual o papel da mídia na constituição desses sujeitos? Como perpetuar o empoderamento e o protagonismo negro?, entre outras questões. Além disso, foram ressaltadas as recentes vitórias do Movimento Negro, como a Lei nº 12.711/2012 referente à obrigatoriedade das reservas de vagas para as pessoas pretas, pardas e indígenas em universidades e institutos federais, e a Lei 10.639/2003 que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana. Apesar dessas conquistas, sabe-se que ainda há muito a ser feito para que sejam superados os problemas decorrentes do racismo.

CONCLUSÃO

Acredita-se que a realização das oficinas foi bastante formativa para os participantes, pois facultou o contato dos participantes com temáticas atuais de extrema relevância, em contexto educacional propício à participação ativa. Além disso, a prática docente foi enriquecedora para os bolsistas que tiveram a oportunidade de explorar as diversas atividades promovidas pela organização e participar (da execução) de oficinas, bem como lidar com o desafio de levar a cabo um processo de ensino e aprendizagem, buscando participar na construção coletiva do conhecimento junto aos estudantes.

Dentre os desafios e recomendações para próximas experiências, ressalta-se o empenho em tentativas de promover a participação de estudantes em assuntos que, apenas numa visão superficial, não lhes dizem respeito, como a participação de homens em temas relacionados a gênero e à violência contra a mulher.

[Coelho \(2012\)](#) compreende a educação como um processo constitutivo do ser humano e, por isso, julga que não se deve pautar unicamente na transmissão formal de conhecimentos específicos. Nesse contexto, vê-se que a licenciatura em Psicologia contribui para um outro olhar direcionado ao processo de desenvolvimento humano e, em particular, para as questões sexuais, raciais e étnicas. Percebe-se que, apesar de não haver um lugar específico e pré-determinado para a Psicologia no ensino básico, há espaços para sua inserção desta no contexto escolar, como na promoção de espaços de ensino e aprendizagem calcados na participação de todos, a exemplo do que ocorre nas oficinas.

A análise da experiência docente também indicou que recursos midiáticos tendem a ser elementos promotores e enriquecedores de debates, pois possibilitam não só a construção de conhecimentos e a sedimentação de conceitos, mas também diferentes interpretações que um mesmo elemento pode oferecer ([NAPOLITANO, 2009](#)).

Ressalta-se que discutir questões sociais é um primeiro e importante passo para a superação de preconceitos e mudanças significativas. É por meio da troca de conhecimentos sobre a realidade que são reconhecidos os privilégios e as desigualdades. Nesse contexto, defende-se que o compromisso da educação com o respeito aos direitos humanos e à diversidade não deve estar limitado a espaços alternativos e opcionais na escola, mas deve ser uma das prioridades da educação brasileira.

Por fim, o trabalho realizado buscou articular saberes psicológicos, questões e lutas sociais, recursos audiovisuais e metodologias participativas, com uma perspectiva de educação voltada para a construção de posturas que inspirem respeito à diversidade. Ao final, pode-se afirmar que a Psicologia pode ocupar espaços educativos e dar sua contribuição para uma formação mais humana, reflexiva e crítica.

SUBMETIDO EM 7 ago. 2018

ACEITO EM 9 abr. 2020

REFERÊNCIAS

[ABOU-YD, M. N.; SILVA, R.](#) A lógica dos mapas: marcando diferenças. In: Conselho Federal de Psicologia (org). **Loucura, ética e política: escritos militantes**. São Paulo: Casa do Psicólogo; 2003.

[ALBUQUERQUE, G. S. C.; SILVA, M. J. S.](#) Sobre a saúde, os determinantes da saúde e a determinação social da saúde. **Saúde Debate**, v. 38, n. 103, p. 956-965, 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5935/0103-1104.20140082>> doi: 10.5935/0103-1104.20140082

[CARRARA, S.](#) Educação, diferença, diversidade e desigualdade. In: BRASIL. **Gênero e diversidade na escola: Formação de professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais**. Rio de Janeiro: CEPESC, 2009, p. 13-16.

[COELHO, I. M.](#) Escritos sobre o sentido da Escola: Uma introdução. In: COELHO, I. M (Org.). **Escritos sobre o sentido da escola**. São Paulo: Mercado de Letras, 2012. p. 87-107

[DEPEN.](#) **Levantamento Nacional DE Informações Penitenciárias**. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf>. Acesso em: 17 de julho de 2018.

[FREIRE, J. R. B.](#) A imagem do índio e o mito da escola. In: MARFAN, M. A. Educação Escolar Indígena Brasília: MEC, 2003, p. 130-136.

[GOULART, M. S. B.](#) Em nome da razão: quando a arte faz história. **Rev. Bras. Crescimento Desenvolvimento Hum.** v. 20, n. 01, p. 36-41, 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822010000100006>.

[GRUPIONI, L. D. B.](#) Do nacional ao local, do federal ao estadual: as leis e a Educação Escolar Indígena. In: MARFAN, M. A. Educação Escolar Indígena Brasília: MEC, 2002, p. 130-136.

[HASENBALG, C.; SILVA, N. V.](#) Raça e Mobilidade social in HASENBALG, C. e SILVA, N. V., **Estrutura Social, Mobilidade e Raça**. Rio de Janeiro, IUPERJ/Vértice, 1988.

[IBGE](#). **PNAD Contínua 2016: 51% população com 25 anos ou mais do Brasil possuíam apenas o ensino fundamental completo**. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/18992-pnad-continua-2016-51-da-populacao-com-25-anos-ou-mais-do-brasil-possuiam-apenas-o-ensino-fundamental-completo.html>>. Acesso em: 17 mar. 2018.

[IPEA](#). **Atlas da Violência**. 2017. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/2/2017>>. Acesso em: 17 mar. 2018.

[JESUS, J. G.](#) Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. Brasília, 2012. Disponível em: <https://issuu.com/jaquelinejesus/docs/orienta__es_popula__o_trans>. Acesso em 30 de julho de 2018.

[LOURO, G. L.](#) Pedagogias de gênero e sexualidade. In: LOURO, G. L. (org.). **O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade**. 3ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 7-34

[LÜCHMANN, L. H. H.; RODRIGUES, J.](#) O movimento antimanicomial no Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 12, n. 02, p. 399-407, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232007000200016>. doi: 10.1590/S1413-81232007000200016

[NAPOLITANO, M.](#) Cinema: experiência cultural e escolar. In: TOZZI, D. (org.) Caderno de cinema do professor: dois. São Paulo: FDE, 2009, p. 10-31.

[RIBEIRO, M. D.](#) Gênero e diversidade sexual na escola: sua relevância como conteúdo estruturante no ensino médio. **Ensino de Sociologia em Debate**, v. 1, n. 2, 2012. p. 1-21.

[SAFFIOTI, H. I. B.](#) Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, São Paulo: Unicamp, v. 16, 2001, p. 115-136.

[SCHUCMAN, L. V.](#) Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. **Psicologia & Sociedade**, Minas Gerais, vol. 26, n. 1, p. 83-94, 2014.

[SCHUCMAN, L. V.](#) **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”**: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. 160 f. Tese (Doutorado –Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Área de Concentração: Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

[SEGATO, R. L.](#) Raça é signo. In: **Uma agenda política e temática para a inclusão social: a contribuição das abordagens pós estruturalistas**. UFP, 2005.